

PEDRO HESPANHA *

ATRAVÉS DOS CAMPOS DOS SENHORES DA TERRA
Notas para o estudo da grande lavoura alentejana oitocentista

Não será necessário grande esforço de atenção para verificar o incremento que os estudos sobre a sociedade rural portuguesa têm registado nos últimos anos. Mais do que a sua importância quantitativa, porém, importa realçar sobretudo o avanço qualitativo que em geral eles representam, a traduzir-se na preocupação em ultrapassar um conjunto de esquemas de abordagem da realidade fortemente enraizados e cuja capacidade explicativa é, reconhecidamente, muito reduzida. O aspecto mais positivo desse avanço, nesta fase, é, quanto a nós, o debate que nas diferentes ciências sociais e entre as diferentes ciências sociais se está a fazer e que tem passado nomeadamente pela reavaliação do material empírico e pela reformulação do aparelho teórico e metodológico.

Duas grandes questões têm polarizado este esforço de renovação do conhecimento social sobre o campo português: a do campesinato e a do latifúndio. Pese embora a aceitação consciente de que a estas questões correspondem realidades estreitamente relacionadas entre si, o certo é que o conhecimento produzido, de algum modo, se especializou em torno de cada uma delas, e com ele o debate sobre as condições da produção desse conhecimento. Esta especialização, se não tem impedido uma análise global da estrutura agrária do país, tem, em contrapartida, favorecido o fechamento de cada uma das áreas de pesquisa aos avanços conseguidos na outra, tendo em conta as homologias que é possível detectar entre certas questões de um e outro dos campos analíticos. Na ver-

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

dade, à dificuldade em conceptualizar o campesinato e as formas de agricultura camponesa, corresponde a de definir o latifúndio e as suas variantes. Num caso e noutro observa-se a pluralidade, a ambiguidade e a imprecisão dos conceitos; num e noutro, a persistência de uma tradição teórica que procura reduzir as categorias económicas específicas a um modelo de pretensa validade universal. Como avaliar o comportamento económico do camponês ou do latifundiário sem referência a um mesmo padrão de racionalidade capitalista? Dizer dele que não é especificamente capitalista não significa forçosamente concluir pela sua irracionalidade. Mas compreender esse comportamento no quadro de uma explicação racional exige resolver o problema da lógica interna de cada um dos sistemas, da sua génese e da dinâmica da sua transformação. Preocupação comum é ainda considerar, tanto na grande agricultura como na pequena agricultura, uma diversidade de formas, correspondentes não tanto a diferentes graus de uma evolução, mas a diferentes conformações, em resultado de modos específicos de articulação entre o rural e o urbano, o agrícola e o não agrícola e entre os diferentes tipos de racionalidade, dominantes ou dominados.

Defendemos, portanto, com razões que não são apenas teóricas, uma estratégia de investigação que procure valorizar, em cada uma das áreas temáticas, as aquisições teóricas e metodológicas produzidas na outra, e traduzi-las em conhecimento novo e mais rico.

Vem isto a propósito do aparecimento recente de duas contribuições de indubitável interesse para o estudo da sociedade rural alentejana e para o debate sobre a validade dos modelos de análise ainda dominantes. Trata-se, de um lado, da reedição da esgotadíssima obra de Silva Picão (SP), *Através dos Campos*, começada a publicar em 1891 num jornal de Elvas e mais tarde completada e publicada em livro; e, do outro lado, da publicação de excertos do diário (os *Pandémónios*) de João Parreira Cortez (JPC), proprietário-lavrador de Serpa, que viveu entre 1832 e 1889, seleccionados e comentados por uma equipa de historiadoras sob a direcção científica de Jaime Reis. Em ambos os casos, grandes lavradores alentejanos falam das suas lavouras, das lavouras que dirigem (JPC) ou, genericamente, das lavouras da sua região (SP). Os períodos e as regiões não coincidem, mas apesar disso é grande a tentação de aproximar os dois depoimentos e entrar com eles no debate.

Nas notas que se seguem, contudo, iremos privilegiar aquele diário, conservado até agora inédito, e que JPC foi

pacientemente redigindo a partir de 1866 e durante mais de vinte anos. Nele podemos encontrar desde uma apurada contabilidade da sua lavoura até à notícia de acontecimentos vividos no seu quotidiano familiar e social ou ao apontamento tomado das suas próprias reflexões pessoais. Como o acesso ao diário está condicionado pela selecção operada pelos seus comentadores, optámos por questionar algumas das teses que são avançadas no estudo introdutório e que, quanto a nós, em parte são produto de uma certa forma de ler a fonte utilizada. Procuraremos mostrar que a leitura que dela faz o historiador não é necessariamente a que faria o sociólogo, sem que com isto se queira afirmar a superioridade de uma forma de conhecimento sobre outra, mas tão-só deixar claro até onde vão as barreiras da disciplinaridade nas ciências sociais.

Para os comentadores de JPC, o diário deste agricultor vem mostrar que a grande lavoura alentejana da segunda metade do século XIX, longe de permanecer ligada a formas de comportamento económico tradicionalistas, se determinava antes por um objectivo económico bem definido de maximização do lucro, traduzindo a existência de uma racionalidade económica de tipo capitalista. Contrapõe-se, assim, a figura do agricultor, empresário actualizado e inovador, à imagem degradada do proprietário absentista, dissipador dos lucros e acumulador de bens fundiários, mais interessado na reprodução de um padrão de vida correspondente ao estatuto social elevado que a propriedade conferia. O estudo de casos como o de JPC permitiria, deste modo, ultrapassar uma visão pessimista da grande lavoura alentejana, identificada com o «atraso ancestral da técnica» e «a constante rejeição de critérios de racionalidade», e admitir a hipótese de que não é por falta de «espírito empresarial» que se verifica o absentismo, o atraso técnico e a subutilização dos recursos, mas por razões de outra ordem, exteriores ao sistema agrário alentejano — razões, nomeadamente, ecológicas, tecnológicas ou de conjuntura de mercados.

Ao pretender bulir com um bom par de ideias assentes da sociologia histórica da ruralidade alentejana no século XIX e ao inverter, de certo modo, a imagem generalizada acerca da agricultura latifundiária, este estudo levanta uma série de problemas de natureza teórica e metodológica que merecem ser apreciados. A obra de Silva Picão, ao fornecer um manancial de informação sobre os *usos e costumes* numa *região latifundiária*, utilizando também a casa agrícola como unidade de análise e oferecendo, a mais, a representatividade das suas

referências, servirá, ainda quando se lhe não faça expressa menção, de quadro de fundo inspirador de muitas das nossas hipóteses.

1. UMA QUESTÃO DE MÉTODO: O USO DA AUTOBIOGRAFIA

Começaremos pela natureza da fonte histórica utilizada e seu valor em investigação sociológica. Trata-se de um documento autobiográfico, produzido há quase cem anos, cujo autor descreve minuciosamente, em jeito de diário, os acontecimentos que se foram dando na sua vida, as circunstâncias e a razão dos seus actos, as reflexões sobre tudo o que lhe interessa. Constitui, portanto, a memória dos actos vividos e do seu sentido.

A utilização da narrativa autobiográfica nas ciências sociais coloca alguns problemas. Primeiro, o da coincidência entre o sujeito e o objecto, ao introduzir a subjectividade na apreciação dos factos, a falsa consciência dos motivos na explicação da conduta e a ambiguidade dos pontos de referência do observador. Segundo, torna-se muito difícil a comparação de dados, particularmente as referências de natureza qualitativa, pela diversidade de padrões psicológicos de avaliação. Sendo as metodologias dominantes nas ciências sociais baseadas nos pressupostos da objectividade e da comparabilidade dos dados, não admira o valor reduzido que tradicionalmente se atribui a este tipo de informação. O seu papel reduz se, em regra, à ilustração/validação de um quadro explicativo construído a partir de dados de outra natureza.

A objecção, contudo, merece ser repensada, numa altura em que é o próprio modelo positivista, baseado nas metodologias extensivas-objectivistas, a ser posto em causa, pela impossibilidade de, com base nele, se produzir um conhecimento adequado sobre a realidade social, no qual nomeadamente se revejam as práticas individuais. A procura de uma saída para o impasse positivista tem levado, no plano epistemológico, à recuperação das abordagens fenomenológicas e, no plano metodológico, à revalorização de todas as fontes que permitam restituir a historicidade das práticas.

Em que medida e sob que condições a narrativa autobiográfica pode ser instrumento de conhecimento científico? Franco Ferrarotti, colocando a mesma questão, vê na autobiografia a forma por excelência de ler a sociedade, precisamente na medida em que a narrativa da experiência de vida tem de

reflectir necessariamente a síntese da interacção entre o indivíduo enquanto sujeito autónomo e criador e o sistema social que circunscreve e limita a sua liberdade de acção. «Uma vida é uma práxis que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais), as interioriza e as retraduz em estruturas psicológicas pela sua actividade desestruturante-estruturante», mas «longe de reflectir o social, ela apropria-se dele, media-tiza-o, filtra-o e retradu-lo, projectando-o numa outra dimensão, que é a dimensão psicológica da sua subjectividade» (Ferrarotti, 1979: 141). A partir das práticas individuais pode-se conhecer o social, de que o indivíduo é a reapropriação singular, uma «síntese totalizante». Remontando a Marx («A essência do homem é o conjunto das relações sociais») e sobretudo a Sartre («O homem é um universal singular»), fundamenta-se a unicidade da biografia e permite-se a sua utilização sem os dois riscos correntes: de sobrevalorizar o sentido que os autores atribuem à sua acção ou de reduzir a acção a um mero reflexo do sistema social. Dois vícios também, de certo modo, disciplinarmente apropriados: o primeiro, pelas abordagens históricas, o segundo, pelas abordagens sociológicas.

A dificuldade reside na construção de um código de interacção entre o indivíduo e a estrutura social que permita relacionar entre si os diferentes níveis de cada um dos pólos e introduzir todos os elementos de mediação intervenientes, constituídos por grupos ou instituições sociais onde as práticas individuais se movem e constroem. Esta a preocupação evidenciada por Boaventura de Sousa Santos a propósito da utilização do método do caso alargado em investigação sociológica e o sentido da sua proposta.

O método do caso alargado, baseado no estudo de casos «em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial», vem romper com o postulado positivista da comparabilidade e da representatividade extensiva dos dados, contrapondo uma generalização pela qualidade e pela exemplaridade dos casos. Na sua proposta, o estudo deve «procurar combinar a análise fenomenológica do campo cruzado de acções, nos seus sentidos estratégicos manifestos, com a análise estrutural dos factores e determinações inconscientes que influenciam as acções e produzem e distribuem socialmente o conhecimento e o desconhecimento» (Santos, 1983: 11 ss.), sendo que tal combinação é não só desejável, como exigível. Desde logo, essa combinação impõe-se, do lado da fenome-

nologia, porque se torna agora possível ultrapassar algumas das limitações que este método apresenta: primeiro, a de definir claramente as *estruturas de subjectividade* e os seus diferentes níveis; segundo, a de explicar o processo de constituição de sentido pelos indivíduos; terceiro, a de situar o papel mediador dos grupos e das classes nesse processo; quarto, a de distinguir os motivos genuínos das pseudo-motivações de que o indivíduo está consciente. Fazendo intervir o quadro estrutural das condições sociais de existência na análise das práticas individuais, além de se dispor de um princípio delimitador, em geral, da subjectividade, pode-se «restituir o desconhecimento que estrutura a configuração total dos conhecimentos intersubjectivos e, deste modo, avaliar as interpretações rivais». «O universo da sociabilidade e da significação é internamente diferenciado». Mas dizer isto não implica um retorno a um determinismo sociológico redutor da dimensão criadora das práticas individuais a uma ilusão sem nenhum significado objectivo, nem pode servir de pretexto a reintroduzir um conceito de estrutura social que se tenha formulado contra ou à margem das «estruturas universais de orientação subjectiva».

A análise de um documento autobiográfico, quanto a nós, pode e deve passar por um procedimento metodológico semelhante. No caso concreto, as especificidades decorrentes do carácter restrito das relações face-a-face (no âmbito das relações de sociabilidade do quotidiano ou no âmbito da relação com os destinatários virtuais do relato autobiográfico), do insuficiente pormenor da descrição e do afastamento temporal da acção, limitam de algum modo, como se irá ver, a operacionalidade do método.

Jaime Reis, ao prefaciar *Senhores da Terra*, aponta muito correctamente o valor do material autobiográfico para a formulação dos modelos de motivação e de comportamento, que permitam ao historiador confrontar o sentido consciente da acção dos intervenientes no processo histórico com as grandes forças históricas impessoais que actuam a um nível do inconsciente. Mas, preocupado como está com o risco da extrapolação dos modelos de motivação e comportamento da nossa própria experiência para a análise das condutas dos agentes históricos, a autobiografia acaba por ser valorizada mais pelo que dá a conhecer do que por aquilo que esconde, perdendo-se assim em grande parte a riqueza intrínseca desta fonte. O estudo do diário de JPC reflecte isto mesmo: uma adesão quase incontrolada à lógica espontânea do narrador, agravada pela sobregeneralização do seu padrão de racionalidade.

dade, e uma grande desatenção ao universo das razões ocultas, o nível das condições estruturais que põem limites à realização ou à eficácia do sentido da acção dos sujeitos.

O nosso entendimento acerca da utilização correcta do material autobiográfico, restituindo a dupla dimensão da universalidade e da singularidade à experiência individual descrita, obriga-nos a ir mais além. O diário de JPC possibilitaria, à partida, conhecer com base nos dados da narrativa — as acções e as suas determinantes imediatas —, pelo confronto entre os efeitos esperados e os efeitos produzidos, pelas omissões flagrantes e pela própria análise da linguagem (na medida em que esta não apenas refere, mas produz também realidade social) ⁽¹⁾, a forma como se estrutura a mundivivência de um lavrador capitalista no Alentejo oitocentista a partir das suas condições sociais de existência. Na realidade, porém, a utilização do texto torna-se muito problemática, primeiro pela fracção reduzidíssima dele que está publicada, depois pelos critérios de selecção dessa parte publicada, dominados sobretudo pela preocupação de fundamentar uma certa imagem do grande lavrador alentejano que permitisse desmontar o preconceito ético que contra ele subsiste ⁽²⁾. Ainda assim, correremos o risco de tentar recuperar esta autobiografia, utilizando-a de forma a maximizar o seu valor. Pretende-se mostrar primeiramente a importância de ter presente aquilo que é desconhecido ou mal conhecido pelo sujeito da acção e que pode ajudar a explicar essa mesma acção. Para tanto, aponta-se a capacidade explicativa de um quadro estrutural definido a partir duma teoria das formas de propriedade fundiária e do sistema fundiário. A seguir, pretende-se mostrar que mesmo aquilo que é conhecido pelo sujeito e através do qual ele racionaliza a sua acção é passível de interpretação alternativa.

⁽¹⁾ O recurso à análise linguística como instrumento da investigação sociológica tem sido defendido e utilizado entre nós sobretudo por Fernando Belo (1974 e 1982) e por José Madureira Pinto (1977).

⁽²⁾ Veja-se, por exemplo, a nota de pé de página no início do Cap. IV *O Agricultor e o Empresário*: «(...) Os temas escolhidos tiveram como objectivo concretizar e fundamentar alguns aspectos da vida e actuação do agricultor Parreira Cortez defendidos na 1.ª parte deste livro».

2. O UNIVERSO ESCONDIDO

Já foi dito anteriormente, e importa retomá-lo agora, que para os estudiosos de JPC a grande lavoura daquela época reflectia já uma mentalidade empresarial, um espírito capitalista, se bem que, por uma série de factores externos, estivesse em grande medida impossibilitada de os fazer traduzir em modernidade. Parece resultar daqui clara a existência de condicionantes de carácter estrutural actuando sobre o comportamento dos lavradores e operando mesmo em sentidos contrários. Esta representação que se faz do quadro estrutural merece-nos algumas observações.

Antes de mais, a questão da racionalidade económica. JPC é visto como um empresário capitalista, não só porque as suas decisões assentam num cálculo económico dominado pelos princípios da rentabilidade dos capitais e da maximização do lucro, mas ainda porque reflecte através do seu comportamento económico a racionalidade básica do sistema capitalista: o espírito de empresa. Este espírito, que se assume generalizado na grande lavoura alentejana, ainda que se não traduza sempre em práticas especificamente capitalistas, aparece aqui como um importante elemento supra-estrutural, inspirador das condutas individuais. Não estamos de acordo com esta proposição, resultado, quanto a nós, da sobregeneralização de casos como o de JPC. Para concluir pela existência de um espírito empresarial não basta mostrar que a lavoura alentejana não vivia na irracionalidade económica, mesmo quando evidenciava exteriormente impressionantes sinais de atraso. O conceito de racionalidade aplicado à economia tem uma amplitude vasta, abrangendo uma gama heterogénea de formas plasmadas nas mais diversas práticas económicas, desde as mais marcadamente capitalistas, até às moderadamente mercantis, típicas da grande propriedade latifundiária. O objectivo da maximização do rendimento, bem como o da minimização dos custos, não implica a adopção de uma conduta *empresarial*, dinâmica, inovadora; antes é compatível com as atitudes mais conservadoras, independentemente da existência de especiais factores de bloqueamento. Nada indica, pois, que o espírito do capitalismo, «a procura racional e sistemática do lucro», dominasse então a grande lavoura, ainda que alguns sinais externos de racionalidade capitalista possam estar presentes, por exemplo na forma de organizar a lavoura, no carácter mercantil da exploração ou no uso da contabilidade. Até porque o espírito do capitalismo só existe como superestrutura mental a partir do momento em que se torna

um fenómeno de massa e se sobrepõe aos padrões de conduta tradicionais.

Quanto ao outro conjunto de condições estruturais que exercem o seu peso sobre a actividade da grande lavoura, desta vez para lhe limitarem o seu ímpeto empreendedor, a saber, a ecologia e a dotação de recursos naturais, os limites impostos pela tecnologia agrícola da época e a configuração dos mercados, se são, inegavelmente, factores interpretativos a dever ser considerados, é, contudo, imprescindível que a sua utilização seja apoiada por um conhecimento sólido da sua importância e do lugar que ocupam no conjunto das variáveis explicativas da formação social analisada. Parece particularmente importante que, quer os factores ecológicos, quer os factores tecnológicos, tantas vezes considerados as variáveis independentes do sistema, possam ser vistos eles próprios como elementos onde se combinam dialecticamente as tensões entre o natural e o social, ou entre as forças produtivas e as relações de produção. A relevância dos *limiares agro-técnicos*, para utilizar a expressão de Georges Bertrand, tem que ser estudada também à escala social, porque são as estruturas económicas e sociais que, em última análise, determinam o seu conteúdo objectivo para as diferentes categorias de agricultores (Bertrand, 1975). Para dar um exemplo, a pobreza do solo não é *gerida* da mesma forma pelo lavrador ou pelo seareiro, assim como também a existência de uma classe de seareiros não é indiferente para a *gestão* das piores terras da grande lavoura, como se comprova da própria experiência de JPC⁽³⁾. E é, também, pela mesma razão que não estamos totalmente de acordo com Jaime Reis, quando, em

(³) O caso do abandono da cultura no *Monte do Lobo* (Matos, 1982: 304 ss.) é bastante ilustrativo. JPC recebeu esta herdade em 1881 por morte de um irmão. Durante alguns anos, tentou alargar nela a área de cereais; porém, vem a reconhecer que, devido à má qualidade do terreno, a cultura não compensa e decide reduzi-la «às condições próprias da sua natureza», ou seja, a montado e pastagem, entregando a cultura a seareiros e ficando estes com 1/6 do produto.

O papel que desempenham as parcerias na economia do latifúndio encontra-se excelentemente tratado por F. Oliveira Baptista num estudo (Baptista, 1980) onde se conclui ser o dar terras de parceria o modo como o proprietário ou o empresário tradicionalmente maximizam o rendimento da terra, reservando para exploração directa, em regime de trabalho assalariado, as áreas mais produtivas e entregando a seareiros a cultura das terras de pior qualidade. A racionalidade económica baseava-se assim na maximização, não do lucro em exclusivo, mas do lucro mais quota de parceria. O exemplo acima só reforça, portanto, esta conclusão.

estudo recente sobre o processo de difusão da debulha mecânica no Alentejo, afirma poder prescindir-se do recurso «às características sociais e mentais adversas ao progresso do empresariado agrícola da região» para explicar a fraca utilização daquele equipamento até começos deste século (Reis, 1982: 431). Os resultados económicos, bons ou maus, são sempre relativos; dependem das alternativas que se apresentem a quem decide e estas, naturalmente, dependem das condições, sociais e outras, do meio onde a actividade tem lugar.

Resulta para nós que não faz sentido isolar qualquer categoria social, seja ela a dos lavradores ou a dos seareiros, seja a dos jornaleiros ou a dos ratinhos, para apreciar aí o impacto, positivo ou negativo, desta ou daquela condicionante estrutural, também tomada isoladamente. A quebra deste isolamento pressupõe a existência de um quadro estrutural de referência que permita relacionar as diferentes categorias sociais, através das formas de produção que lhes correspondem. Sem pretender reduzir esse quadro à estrutura social agrária, antes propondo o seu máximo alargamento como estratégia teórica visando o conhecimento mais profundo da interacção entre as diversas componentes da sociedade, entendemos que, numa análise das práticas sociais de incidência fundiária, devem privilegiar-se como seu elemento central as formas de propriedade, ou seja, as formas que toma a apropriação da terra, consideradas nas suas diferentes dimensões analíticas (económicas, jurídicas, políticas, simbólicas) (4).

(4) O recurso à teoria da propriedade fundiária para explicar a especificidade das relações sociais fundadas na apropriação da terra e, nomeadamente, a resistência à generalização das relações capitalistas na agricultura, tem sido utilizado por nós no estudo da transformação da estrutura agrária e no estudo do mercado da terra em regiões onde predominam as formas de agricultura camponesa (Hespanha, 1981). A distinção de diferentes formas ou modos de propriedade fundiária constitui o elemento central desta teoria e, dado o carácter pluridimensional dos modos, torna-se possível destringer a rede complexa de interacções que ligam os vários níveis de cada um deles.

No domínio da *questão urbana*, Boaventura S. Santos procurou articular a teoria da renda com os tipos de propriedade, para determinar o papel da renda fundiária urbana na formação social brasileira (Santos, 1982). Reconhecendo que uma análise isolada da renda fundiária não permitiria aceder a um conjunto de factores sociais que condicionam a sua forma e o seu montante, defende o recurso a uma teoria das relações entre a renda fundiária e os tipos ou formas de propriedade, enquanto «teoria regional com mais virtualidades para orientar as análises concretas e especificamente as análises dos efeitos distributivos (...) e estruturais (...) da renda latifundiária sobre o capitalismo industrial urbano» (Santos, 1982: 54).

Não nos é permitido definir com rigor o quadro das diversas formas de propriedade que compunham o sistema fundiário alentejano da altura, dada a escassez da informação já suficientemente trabalhada, a contrastar com a abundância de material empírico virgem. Para o período final do antigo regime, Albert Silbert procura sistematizar o quadro das relações de propriedade da terra em diferentes categorias sociais: o grande proprietário, a sociedade financeira administradora de conjuntos fundiários, o enfiteuta, o lavrador, os seareiros e os jornaleiros (Silbert, 1978: 841). Sabemos que praticamente todas estas categorias andavam normalmente associadas numa mesma situação fundiária e que o modelo trinitário da economia clássica, a traduzir uma relação de propriedade mais clarificada, está longe de ser representativo. A complexidade deste sistema resulta da natureza da constituição feudal da terra, mas sobretudo da diversidade de formas e estratégias da penetração das relações capitalistas na agricultura. A partir da segunda metade do séc. XIX, o regime jurídico da propriedade burguesa liberal estava praticamente fixado⁽⁵⁾, mas, a nível das práticas fundiárias, o processo de dissolução das relações de propriedade de tipo pré-capitalista estava longe de consumado e assumia aspectos contraditórios, nomeadamente quando a própria burguesia territorializada passa a ocupar, de certo modo, a posição da grande propriedade tradicional desamortizada na apropriação das rendas fundiárias pré-capitalistas. Não está no âmbito destas notas fazer a discussão das fontes e das referências que permitem reconstituir o sistema fundiário, a sua composição e o peso relativo das diferentes formas de propriedade. Muito menos das que ajudaram a compor uma certa imagem da lavoura alentejana, conotando-a com o pré-capitalismo e, portanto, com o modelo da grande propriedade tradicional. Limitar-nos-emos a realçar a importância de conceber a passagem das formas de propriedade senhorial feudais ou semi-feudais às formas de propriedade capitalistas como um processo que nada tem de linear e evolutivo, e retirar daí algumas consequências que possam ser valorizadas quando se analisam as práticas fundiárias dos agentes históricos.

O processo de transformação da grande propriedade aristocrática e absentista evidencia um contínuo esforço de adap-

⁽⁵⁾ Sobre o processo de transformação dos mecanismos de reprodução das estruturas política e ideológica nos finais do antigo regime e sua incidência na alteração da constituição fundiária feudal, cfr. Hespanha, A. M. (1980).

tação às transformações económicas e sociais operadas, a nível mais geral, pela ascensão da burguesia urbana e, a nível local, pela afluência de capitais à agricultura, vindo a integrar progressivamente as formas, os processos e, finalmente, a lógica do modelo capitalista. Mas a metamorfose da propriedade terratenente na moderna propriedade capitalista é um processo lento, arritmico e complexo, feito de avanços e de recuos, onde os avanços representam a única saída para a sua reprodução enquanto força social, e a reprodução social autónoma postula também formas de resistência. Daí certas estratégias fundiárias de feição conservadora, dominadas mais por uma lógica de minimização dos riscos de deperecimento do património, do que pela lógica da maximização de rendimentos. A preferência pela cultura extensiva, pela pastorícia em manadío livre, pelas *arroteias populares*, pelo regime de parcerias e de arrendamentos, obedecendo obviamente a princípios de gestão económica, é sobretudo sintoma de uma gestão prudente, a traduzir importantes traços de uma lógica não especificamente capitalista: a aversão ao risco, a não conversão da terra e dos recursos em formas de capital, a subordinação da economia da exploração à economia doméstica de reprodução alargada. Dados estruturais endógenos à sociedade rural alentejana ajudam a explicar a viabilidade de tais práticas: abundância de força de trabalho e sua não total «libertação» dos vínculos extra-económicos (veja-se a importância das relações de patrocínio e compadrio referidas por SP), domínio político local da classe proprietária terratenente, baixa mobilidade fundiária, com elevado preço da terra e regime de arrendamento inseguro e desfavorável ao rendeiro. O património fundiário parece resistir a deixar de ser o princípio e o fim de um modo de vida, de um estatuto social e de um padrão cultural.

O outro modelo de propriedade, a propriedade fundiária capitalista, baseada na terra enquanto capital e suporte de uma empresa agrícola, dominada pela lógica da maximização do lucro e operando com recurso a trabalho assalariado, não pode ser visto apenas como o desembocar de todo este processo de transição da propriedade fundiária. A existência de relações salariais e de produção mercantil no Alentejo é antiquíssima (Silva, 1980). Silbert, para o período que estudou, refere a existência, a par do grande proprietário absentista e do lavrador rotineiro, de verdadeiros capitalistas agrários, provindo quer do negócio do trigo e da lã, quer da criação de gado, quer da administração de grandes domínios. A coexistência de formas de propriedade, correspondentes a dife-

rentes modos de produção, solidariamente relacionados por uma pluralidade de pontos de contacto, implicou um processo de reestruturação que não atinge apenas a grande propriedade tradicional. Por isso que não possamos conceber a transição como um continuum entre propriedade terratenente e propriedade capitalista, entre pré-capitalismo e capitalismo. As formas de propriedade, tal como os modos de produção a que se referenciam, são, ao mesmo tempo, a origem e o resultado de uma interpenetração cruzada, directamente ou por retorno, de uma multiplicidade de elementos estruturais de diferente natureza. Não é apenas a propriedade tradicional que se mobiliza sob a égide do capital. Bem pode ser também a propriedade capitalista que se aristocratiza, subsumindo-se as práticas fundiárias do proprietário lavrador numa lógica patrimonialista, numa ética paternalista ou num status senhorial (Cutileiro, 1977: 59).

3. O SINGULAR REVELADO

Regressemos finalmente à figura de JPC. Teremos aqui presente tudo o que ficou dito sobre a leitura sociológica do material autobiográfico, nomeadamente o que diz respeito à valorização das referências do autor. Ao privilégio de *ouvir*, da boca dos próprios, os porquês dos seus actos, corresponde o ónus de sopesar os silêncios e, com eles, reavaliar as razões omitidas ou, simplesmente, rejeitadas.

O lugar e o peso excessivo que os elementos de cálculo económico detêm na estrutura das memórias de JPC, resultando de uma opção consciente e significativa, só por si operam uma importante desfocagem na imagem que o autor dá de si próprio, quer pela secundarização da sua vida não económica, quer pelo carácter selectivo da forma económica contabilística (reduzindo as práticas económicas à sua expressão contábil). A vida de JPC é-nos revelada através de um grande livro de deve-haver. Não admira, pois, que a imagem que nos é imposta seja a do gestor, mais do que a do homem de sociedade; a preocupação dominante, a da racionalização da empresa agrícola, mais do que a de consolidação de um prestígio familiar.

As conclusões dos autores do estudo sobre as memórias apoiam-se precisamente nessa imagem do homem económico. «Gestor atento e vigilante, nota-se nele um certo espírito capitalista. Produzir mais, mais barato, com vista a extrair da terra um lucro aceitável, mas investindo em novos métodos

de cultura, novas técnicas que melhorassem a produção, é o seu lema». E no entanto, ao aceitarem este modelo clássico de empresário, determinado pela maximização do lucro dos capitais investidos na agricultura, são forçados a reconhecer que a taxa de lucro que JPC retirou da sua exploração é inferior à taxa de juro corrente para empréstimos; numa palavra, que a gestão não foi lucrativa. Mas se o resultado foi medíocre para o capitalista agrário, já o não foi para o proprietário de terras que JPC também era, dada a extraordinária valorização que o seu património fundiário entretanto registou. E é nesta dupla qualidade de lavrador e de proprietário que ganha sentido a racionalidade económica de JPC, mais dominada pela valorização do património fundiário do que pela gestão lucrativa da lavoura. Isto não significa que a lógica da valorização do património pressuponha necessariamente uma mentalidade pré-capitalista; antes é perfeitamente compatível com a procura de lucro para os capitais investidos na terra. Só que essa valorização, em situações em que o preço da terra não encontra correspondência na capitalização do rendimento, assenta seguramente num sistema fundiário não dominado ainda pelas formas de propriedade capitalistas. Aqui reside, pelo menos em parte, o segredo do sucesso de JPC, independentemente do seu maior ou menor espírito capitalista.

Ao examinar a gestão de JPC, ao longo dos vinte e tantos anos documentados nas suas memórias, é notório o propósito de realizar o seu projecto de prosperidade material através do desenvolvimento da lavoura, mas ao mesmo tempo se vê que as formas de o conseguir se vão modificando, à medida que a experiência acumulada dos sucessos e dos insucessos se faz sentir nas suas decisões. Assim é que a uma primeira fase dominada por uma grande *agressividade empresarial*, em que JPC aposta na inovação, na intensificação capitalística, na expansão do cereal, no investimento agrícola e na administração pessoal, se sucede uma segunda de grande *prudência empresarial*, de revalorização de práticas tradicionais, de retracção capitalística, de alargamento da pecuária, de investimento fundiário e de administração mediada. Mais do que uma questão de conjuntura, trata-se de um processo de adequação progressiva da consciência individual às condições materiais concretas em que se desenvolve a acção.

Dentre estas, parece poder concluir-se da leitura do diário ser a abundância da força de trabalho o elemento mais decisivo. No caso de JPC ela operou como regulador do pro-

cesso de intensificação capitalística da exploração, tornando anti-económicos os investimentos em capital elevados e irracional toda a modernização capital-intensiva. Esta função reguladora da força de trabalho é assinalada pelos comentadores de JPC, nomeadamente quando referem uma tendência para desmaquinizar após uma primeira fase de euforia modernizadora, embora o façam com o objectivo diferente de mostrar que o lavrador, ainda nessas circunstâncias, se determinou pela lógica da maximização do lucro.

Admitida a existência de um quadro estrutural que coloca limites à realização dos projectos definidos para a acção e que, através do *stock* de conhecimento acumulado pela experiência, afecta e reorienta o sentido das práticas individuais, cabe ainda perguntar, agora ao invés, como é que esse quadro estrutural condiciona positivamente a realização desses projectos. Concretizando, pretende-se saber em que medida e por que vias o sistema fundiário alentejano favoreceu a realização do modelo empresarial projectado por JPC.

Pertencendo a «uma família muito antiga e abastada», de fortuna considerável em bens fundiários e de elevado prestígio social no meio, em que medida a prática de JPC reflecte a dupla determinação pela sua condição de grande proprietário e de lavrador capitalista, ou em que medida essa duplicidade é consciente ou inconscientemente manipulada para obter determinados efeitos favoráveis à manutenção da sua condição social? Uma resposta segura seria, por certo, muito difícil, mesmo que se dispusesse de todo o material autobiográfico legado. Cremos, no entanto, ser possível apoiar, com base nalguns passos conhecidos do diário, a hipótese de que o sucesso empresarial de JPC se deveu em parte à sua capacidade de mobilizar, em proveito da sua lavoura um importante *capital social*, adquirido por vínculo familiar ou directamente pela sua condição de proprietário, constituído pela educação formal e familiar, por uma extensa rede de relações e influências e pelo prestígio social e político ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Apenas com vinte e nove anos, JPC encarrega-se, em nome da família, de tratar da remissão do foro da herdade da Lobata, cujo domínio directo pertencia a uma congregação religiosa entretanto sujeita ao regime da desamortização. «Não havia dinheiro, porém havia recursos, havia relações, havia amigos». O processo de remissão não era fácil, mas as relações de amizade e de família com gente bem situada — «uns longes de parentesco com o então Ministro da Fazenda» — facilitaram a conclusão do negócio em apenas três meses e sem praça pública.... O próprio director da Repartição dos Bens Na-

A própria persistência em investir na terra, à custa de enorme esforço de energias e da incerteza do sucesso económico, mais do que a atitude de um especulador ou simplesmente de um capitalista financeiro, revela a presença de um outro tipo de capital de que JPC dispõe: o *capital simbólico* da terra. Esta tem um valor intrínseco para além do seu valor económico traduzido em rendas ou rendimentos: o valor imperecível de património familiar, de suporte da continuidade e da tradição familiar. A terra compensa sempre aquilo que se lhe empresta, mesmo que a compensação só venha para as gerações futuras. Esta ligação funcional entre a terra e a família constitui, juntamente com o poder-dever do proprietário (*noblesse oblige*), o paternalismo (Matos: 301), a independência (Matos: 261) e o amor à terra (Matos: 261), o núcleo central daquilo a que Howard Newby chama a ideologia altruísta da propriedade tradicional (Newby *et al.*, 1978: 331) e de que podemos encontrar sinais ainda que fragmentários em JPC. Ideologia que, ao mesmo tempo, é utilizada por este, consciente e estrategicamente, como artifício argumentativo para retirar determinados efeitos práticos: por exemplo, insinuar-se junto de um aristocrata a quem pretende comprar certa herdade (Matos: 268). Reconhece-se, contudo, a enorme dificuldade em captar no discurso de JPC os sinais claros da intervenção da matriz simbólica da propriedade tradicional, tão forte é nele o tópico da *lucratividade*. Apenas a análise das decisões, pelo confronto dos dados da argumentação entre si e com o conteúdo da decisão, permite desvendar o casamento clandestino entre uma lógica patrimonialista dissimulada e uma lógica lucrativista dissimuladora (7).

cionais, velho amigo de seu avô, lhe ensinou as fórmulas e as manhas. Quanto ao dinheiro, parece ter bastado uma apresentação ao banqueiro António José d'Andrade através de um amigo, filho de Conselheiro de Estado, para o problema ficar resolvido mesmo sem necessidade de oferecer garantias, apesar do carácter avultado da quantia.

(7) Muito interessante, a este propósito, é toda a narrativa das negociações para a compra da herdade da Bemposta (Matos: 261 a 275). JPC tenta convencer o proprietário, um representante da velha fidalguia residente em Lisboa, a vender-lhe a herdade, invocando a amizade e intimidade com o pai deste, de quem fora contemporâneo em Coimbra, e argumentando com o arruinamento crescente da herdade, abandonada à ganância dos rendeiros. «(...) e finalmente este inverno notando que não era só estragar mas aniquilar aquela propriedade que o actual rendeiro desejava concluir, tive tanto dó (deixe-me exprimir assim) que, lembrando-me de D. Pedro (... — seu pai) que algumas vezes em Lisboa falava de tal herdade, procurei o Sr. Seabra (... — o seu administrador) que não conhecia, e partici-

Finalmente, possuidor de um vultuoso património fundiário —, JPC dispõe de um *capital* diferencial, simultaneamente *jurídico* e *económico*, representado, de um lado, pela propriedade da terra (eliminando assim um importante factor de risco e de incerteza que constituiria o estatuto de rendeiro) e, do outro, pela garantia (ainda que não utilizada) oferecida por aquele património para quaisquer financiamentos necessários, para o progresso da sua lavoura. Também neste aspecto JPC se afasta da generalidade dos lavradores do seu tempo, ao preferir — ou ao poder preferir — a condição de proprietário. Silva Picão é peremptório sobre este assunto: «O lavrador típico alentejano é o lavrador rendeiro» (SP, 1983: 13). Por seu turno, se o capital de garantia nunca foi efectivamente accionado, apesar do recurso frequente a empréstimos, isso ficou a dever-se à suficiência do *capital social* já referido e à rede de relações sociais que o aproximaram do seu credor e, mais tarde, amigo António José d'Andrade.

4. UM RETRATO RETOCADO

Ao cabo destas notas o retrato de JPC sai retocado. Perdeu talvez um pouco do colorido, mas beneficiou em nitidez. O negativo do seu discurso empresarial aparece agora na revelação: distinguem-se os contornos da sua figura de proprietário, de senhor da terra, de homem de sociedade. O gesto impetuoso de quem gosta de arriscar torna-se comedido. É o homem sereno, para quem emprestar à terra compensa sempre. De nada adianta sequer perguntar-lhe porquê ou a quem compensa — se ao capitalista, ao proprietário ou aos descendentes — porque ele não saberia responder e, nisso, devemos nós ver um aviso para qualquer tentação ficcionista. Não

pei-lhe o que acontecia». Na carta que anteriormente escrevera ao administrador propondo-lhe a compra, JPC faz confluír no seu discurso os traços de duas concepções ideológicas distintas sobre a propriedade, o que só confirma o carácter maleável destas ideologias e a grande capacidade manipulatória de quem as utiliza (Newby *et al.*, 1978: 335): «Filho de agricultores muito antigos, sou agricultor de herdades minhas (...) e por costume, educação e tendência, tenho paixão por este modo de vida. Se o senhor D. José quisesse vender, dava-lhe 4 000\$000 reis que, colocando-os a juro de 6%, obteria 240\$000 livres de pensões. E eu mesmo conhecendo que tal capital me renderia menos e muito menos na Bemposta, satisfaria a minha paixão, beneficiando a herdade e embora eu não gozasse o resultado cá ficavam os meus filhos que o teriam».

aceitaremos, portanto, dicotomias simplificadoras ou mistificadoras: latifundiário ou capitalista, absentista ou empresário; preferimos o retrato nuanceado. De resto, a pose que JPC deixou para a posteridade é a de um homem simples, mas grave.

O novo retrato ganhou ainda em profundidade. O cenário torna-se aparente, o quadro completa-se: aí figuram os outros tipos da sociedade rural alentejana. Nem todos são como JPC, ainda quando se situam no mesmo plano social. Não cuidamos de ampliar o retrato do lavrador, preocupam-nos mais os contrastes. Afinal o que é que os torna diferentes? Não nos satisfaz saber que atrás dos leaders, virão os refractários, impelidos uns e outros pela mão invisível da mudança. Há que averiguar se o avanço de uns está implicado no recuo dos outros, porque é que só alguns avançam e porque é que estes nem sempre avançam. Trata-se de averiguar o jogo dos impulsos e das resistências num processo histórico de transformação.

A compreensão desse jogo e, portanto, também a do atraso da lavoura deve começar pelo conhecimento da própria estrutura social do campo alentejano. Com isto não se pretende, em definitivo, inculpar a grande lavoura pelo atraso, censurar-lhe uma atitude pouco progressista na valorização dos recursos. Trata-se, antes, de procurar na racionalidade do subsistema agrário alentejano, na forma como se estrutura e se reproduz, a explicação para as «irrationalidades» dos seus próprios agentes. Dito de outra forma, a burguesia agrária consome os seus projectos económicos no meio social alentejano através de práticas que, para outros sectores da burguesia e em meios sociais diferentes, se revelariam atrasadas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Baptista, Fernando O. (1980), «Economia do Latifúndio — O Caso Português» in Afonso de Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Belo, Fernando (1974), *Lecture Matérialiste de l'Évangile de Marc, récit, pratique, idéologie*, Paris, Cerf.
- Belo, Fernando (1982), «Semiótica e Ciências Sociais», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 10.
- Bertrand, Georges (1975), «L'impossible Tableau Géographique» in G. Duby e A. Wallon (org.), *Histoire de la France Rurale*, Paris.
- Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.

- Ferrarotti, Franco (1979), «Sur l'autonomie de la méthode biographique» in J. Duvigneaud (org.), *Sociologie de la Connaissance*, Paris.
- Hespanha, António M. (1980), «O Jurista e o Legislador na Construção da Propriedade Burguesa Liberal em Portugal», *Análise Social*, 61/62.
- Hespanha, Pedro (1981), «A Pequena Agricultura, o Preço da Terra e as Políticas Fundiárias», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 7/8.
- Matos, Ana C.; Martins, M. Conceição e Bettencourt, M. Lurdes (1982), *Senhores da Terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
- Newby, Howard; Bell, Collin; Rose, David; e Saunders, Peter (1978), *Property, Paternalism and Power. Class and Control in Rural England*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Picão, J. Silva (1983), *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos [1903]*, Lisboa, Dom Quixote.
- Pinto, J. Madureira (1977), «Ideologias: Inventário Crítico dum Conceito», *Análise Social* 49.
- Reis, Jaime (1982), «Latifúndio e Progresso Técnico: a Difusão da Debulha Mecânica no Alentejo, 1860-1930», *Análise Social* 71.
- Santos, Boaventura S. (1982), «O Estado, o Direito e a Questão Urbana», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 9.
- Santos, Boaventura S. (1983), «Os Conflitos Urbanos no Recife: O caso do Skylab», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 11.
- Silbert, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime [1966]*, Lisboa INIC.
- Silva, Carlos da (1980), «Acerca da Génese das Relações de Produção Características do Latifúndio em Portugal» in Afonso de Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária.

RESUMO

Nos últimos anos e, sobretudo, a partir da intensa movimentação social em torno da reforma agrária, reacendeu-se o debate sobre o latifúndio e a sociedade rural alentejana. A descoberta e publicação de uma autobiografia escrita por um grande lavrador e proprietário de Serpa na segunda metade do século XIX tem permitido fundamentar a tese de que o atraso da agricultura do Sul não decorre da falta de mentalidade empresarial por parte dos lavradores, antes resulta de uma opção racional do ponto de vista económico em face de um conjunto de factores limitativos que lhe são estranhos.

Pretende-se com estas notas discutir alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos daquela tese, que terão contribuído para uma generalização abusiva do tipo de agricultor empresário de que o autor da autobiografia seria exemplo. Numa primeira parte, apontam-se as virtualidades, mas também os riscos, da utilização de material autobiográfico em análise sociológica e, numa segunda parte, sustenta-se que o atraso da lavoura encontra, em grande parte, a sua explicação na própria estrutura social do campo alentejano, sendo que outras causas pretensamente explicativas — naturais ou tecnológicas — nunca lhe são totalmente exteriores.

RESUMÉ

*À travers les champs des seigneurs de la terre
Notes sur la grande agriculture en Alentejo au XIX^e siècle*

Le débat sur le système latifondiaire et la société rurale de l'Alentejo s'est intensifié, surtout depuis les mouvements sociaux qui ont abouti à la réforme agraire portugaise. La découverte et la publication d'un récit autobiographique écrit par un grand agriculteur et propriétaire du Bas Alentejo pendant la deuxième moitié du XIX^e siècle, a permis d'appuyer la thèse suivant laquelle le *retard* de l'agriculture du sud ne découle pas du fait qu'il manque de mentalité d'entrepreneur aux agriculteurs, mais elle est le résultat d'une option rationnelle, du point de vue économique, due à l'intervention de facteurs limitatifs extérieurs.

L'auteur commente les présumptions théoriques et méthodologiques de cette thèse qui sont à la source de la généralisation du modèle d'agriculteur entrepreneur qu'elle prétend. Dans la première partie, on souligne les avantages et, bien aussi, les risques de l'utilisation d'un document autobiographique dans l'analyse sociologique; dans la deuxième, on soutient que le *retard* constaté trouve, dans une grande mesure, son explication dans la structure sociale rurale de l'Alentejo, sans oublier que d'autres causes prétendument explicatives — naturelles ou technologiques — ne lui sont jamais complètement extérieures.

ABSTRACT

*Across the fields of the lords of the land.
Notes on 19th century large-scale farming in Alentejo*

In recent years and, above all, in the context of the intense social polemic over agrarian reform, there has been a revival of the debate on the «latifúndio» and the rural society of the Alentejo. The discovery and publication of an autobiography written by the owner of a large farm in Serpa, in the second half of the 19th century, has given substantiation to the thesis that the *backwardness* of agriculture in the south arises, not from any lack of a business mentality on the part of the farmers, but from a rational choice, in economic terms, in the face of a set of limiting extraneous factors.

The aim of this essay is to discuss some of the theoretical and methodological presuppositions underlying the first thesis, which may have given rise to unfounded generalizations of the type of farmer represented by the author of the autobiography in question. The first part consists of a discussion of both the benefits and the risks of the use of autobiographical material in sociological analysis; in the second part, it is argued that the *backwardness* of farming can be explained in great part by the social structure of the Alentejo's countryside, given that other possible explicatory factors — natural or technological — are never totally independent from it.